

Ata da 108ª Reunião Ordinária do Conselho Participativo da Vila Mariana

Realização presencial na Subprefeitura da Vila Mariana, no dia 09 de agosto de 2022, das 18h30 às 20h30.

Participantes:

Interlocutor (Subprefeitura da Vila Mariana): Adilson Gregorio

Coordenadora: Tatiana Pimentel

Secretária: Suzana Vilhena (excepcionalmente nesta Reunião a conselheira Carmen Rocha atuou como secretária)

Conselheiros titulares presentes (8): Márcia Norcia, Durval Tabach, Carmen Rocha, Denise Delfim, Tatiana Pimentel, Carolina Borges, Lucian De Paula, Victor Plese.

Conselheiros titulares ausentes (2): Mariana Mello e Suzana Vilhena (justificadas).

Municípios presentes (3): Simone Boacnin, Marcela Munhoz, Cristina Vasto Madureira.

Convidados da Subprefeitura (4): Luis Felipe Miyabara (Subprefeito), Bruna Oliveira (Assessora de Comunicação), Egle Moura (SMADS), Magal Guerra (Chefe de Gabinete).

Pauta:

- 1- Aprovação Ata 107.
- 2- Relato/avaliação da oficina presencial do PDE de 6/8/22 (Durval).
- 3- Balanço do mandato (Durval).
- 4- Alteração de rotas e ampliação de voos em Congonhas com vista a sua concessão (Durval).

5- Disputa judicial sobre o terreno do Círculo Militar (Denise).

6- Pedido da Unifesp de alargamento da calçada e criação de jardins verdes na rua Botucatu, nos moldes do projeto piloto do CADES na rua Uvaías (Lucian).

7- Relato sobre o Fórum da Pessoa com deficiência da Regional Vila Mariana e avaliação de uma trajetória de 4 anos como conselheira participativa na Vila Mariana: Primeiro Painel - Educação Inclusiva na Rede Pública de ensino Municipal; Segundo Painel: Rotas Acessíveis da Cidade de São Paulo; Rede de Memórias da Vila Mariana (Marcia).

- Devolutivas.

- Informes.

Pauta detalhada:

A Reunião Ordinária (RO) teve início com a presença da maioria dos conselheiros titulares.

1- Aprovação Ata 107.

Após a leitura da Ata, todos os Conselheiros presentes aprovaram e será enviada para a publicação, por e-mail.

2- Relato sobre o Fórum da Pessoa com deficiência da Regional Vila Mariana e avaliação de uma trajetória de 4 anos como conselheira participativa na Vila Mariana (Conselheira Márcia Norcia).

A Conselheira Márcia pediu a inversão da pauta, com a antecipação do seu ponto, o que foi aprovado por todos os

conselheiros presentes. A Conselheira apresentou o relato transcrito a seguir sobre o Fórum da Pessoa com Deficiência da Vila Mariana que organizou, como também sobre a ocupação dos seus dois mandatos como Conselheira da Vila Mariana (2018-2019 e 2020-2021), tendo sido a primeira Conselheira que é pessoa com deficiência e, ademais, foi a Conselheira mais votada da Vila Mariana neste último mandato. Todos os Conselheiros agradeceram e parabenizaram a Conselheira Márcia por sua dedicação e trabalho pela Comunidade da Vila Mariana.

RELATO DO V FÓRUM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA Regional VILA MARIANA 16 JULHO DE 2022

Local: Paróquia São Francisco de Assis da Vila Clementino / Distrito Vila Mariana

Previsão de início: 14h15

Início: 14h28

Evento híbrido transmitido pelo canal do YOUTUBE do MUSEU DA INCLUSÃO

Número de inscritos: 78

Número de pessoas presencialmente no evento: 74

Número de acessos pelo You Tube: 200

A cerimonialista Carla Loretta Norcia iniciou o Fórum relatando a trajetória do Fórum da Pessoa com Deficiência da Vila Mariana que teve seu início em 2014, como Oficina de Cidadania e Inclusão, sendo eleita proposta de política pública do Encontro Paulistano de Pessoas com Deficiência nesta ocasião. Em 2015 foi eleito

diretriz da Conferência Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência no eixo de participação e controle social. A Primeira edição presencial do Fórum aconteceu em 12 de julho de 2016 no auditório da Subprefeitura da Vila Mariana. A primeira instituição parceira foi o CEFAI/DRE IPIRANGA. Este Fórum é um colegiado de representantes de entidades para pessoas com pessoas com deficiência e seus clientes, pessoas com deficiência moradoras dos distritos da Vila Mariana, Saúde e Moema e seus familiares, simpatizantes da causa e apoiadores. Tem como propósito a humanização da sociedade por meio de práticas para o bem comum. Busca promover a articulação de políticas públicas em benefício das pessoas com deficiência nas esferas pública e no âmbito das organizações da sociedade civil. Configura-se como um espaço de escuta e encaminhamento de demandas ao poder público. Ações: Proposição de descentralização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Desde 2017 vem trabalhando, junto à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e às demais secretarias envolvidas, a necessidade de construir calçadas que permitam mobilidade, orientação e segurança no deslocamento das pessoas com deficiência, destacando as rotas acessíveis para as sete entidades de pessoas com deficiência visual do distrito Vila Mariana. Conquistou uma consulta pública de calçadas em 2018, após organizar mobilização das entidades de pessoas com deficiência visual em reprovação ao projeto piloto de calçadas desenhado pela

Comissão Permanente de Calçadas. Ao longo de 2019 foram realizadas oito reuniões centradas no desenho das rotas acessíveis para as entidades de pessoas com deficiência visual. Os desenhos dessas rotas foram encaminhados ao secretário Cid Torquato. Ainda em 2019, participamos de reunião com o Museu da Inclusão sugerindo pesquisa sobre a história das entidades para pessoas com deficiência, provocando o projeto Rede de Memórias da Vila Mariana. Neste ano também promovemos a divulgação dos conselhos de participação social das Subprefeituras: CADES, CONSEG E CONSELHO PARTICIPATIVO.

Em 2020 e 2021, durante a pandemia, foram realizadas reuniões de modo remoto entre o subprefeito da Vila Mariana e representantes de entidades. Em 2021 participou da Conferência Municipal sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, realizando palestra focada no contexto da educação inclusiva municipal. Para tanto foi necessário realizar pesquisa sobre o contexto da educação inclusiva. O resultado da pesquisa sobre o contexto da educação inclusiva justifica e objetiva o tema do V Fórum, a necessidade de debater a educação pública municipal inclusiva no sentido de buscar possíveis caminhos para uma educação de fato inclusiva e de qualidade para todos.

Primeiro Painel:

Dra Renata Flores Tibiriçá, Defensora Pública do Estado de São Paulo.

Aborda o Direito à Educação. Reforça que a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência traz uma mudança de paradigma importante com relação ao próprio conceito de pessoa com deficiência, que hoje, considera que a deficiência é provocada pelas barreiras que a sociedade impõe e visa avaliar as barreiras e restrições da pessoa, além dos conceitos biológicos. Aponta também a necessidade de consertar as barreiras arquitetônicas, urbanísticas, tecnológicas, sociais e atitudinais indicando as barreiras atitudinais como um desafio, por ser a mais difícil por se tratar dos preconceitos e do capacitismo. Sobre a escola, é necessário eliminar as barreiras que impedem a participação para que as pessoas com deficiência possam exercer o seu direito ao acesso à educação, mas para poder eliminar as barreiras, é fundamental garantir apoio. Com relação a garantia de apoio aponta a necessidade da implementação de uma avaliação biopsicossocial no país, ocasionando a identificação das pessoas com deficiência. Essa dificuldade é causada pela escassez de instrumentos de avaliação. Considerando que a deficiência não está no sujeito, mas na relação do sujeito com o meio onde está inserido, sendo necessário consertar o meio, eliminando as barreiras. E a escola também, sendo parte da vida do sujeito, precisa de intervenção. Para tal precisa realizar avaliação biopsicossocial para poder saber quem são as pessoas com deficiência inseridas, porque atualmente o parâmetro seguem sendo os

laudos médicos. Dra. Renata aponta que alguns problemas poderiam ser evitados se houvesse avaliação biopsicossocial o que permitiria o acesso em diversas políticas sem precisar de avaliações constantes específicas para cada uma delas.

Sempre que pleitear um novo direito é necessário se submeter a novas avaliações. Na escola, a avaliação vem sendo a partir de laudos médicos e avaliação não garante só o acesso à educação inclusiva, mas também garante o aprendizado do aluno com deficiência ao longo de toda vida, portanto é preciso ser garantido o acesso, a permanência e o aprendizado. A participação deve ser efetiva integral com medidas de apoio individualizadas.

O modelo atual prevê o atendimento educacional especializado que ocorre na sala de recurso multifuncional de forma complementar. Não sendo claro na política como esse profissional especializado se relaciona com o professor da sala de aula, não havendo também uma obrigação de ser realizado um plano educacional individualizado, mas sim, um plano de atendimento educacional especializado que é na verdade um plano para sala de recursos multifuncional. Além da garantia do profissional ou acompanhante especializado é preciso garantir os materiais adaptados, comunicações alternativas, tecnologias assistivas.

Recebe a insatisfação das famílias na defensoria com relação ao apoio ofertado pelas escolas e instrui sobre a improcedência e o crime de recusa

de matrícula, também a cobrança de valores adicionais para o acesso aos serviços de apoio.

Silvana Drago

Explica que o Conselho Municipal de Educação de São Paulo é vinculado à Secretaria Municipal de Educação e tem como incumbência assessorar o executivo municipal na formação, implementação e avaliação das políticas públicas, com o intuito de aprimorar essas políticas. Órgão normativo, deliberativo municipal de São Paulo traz na pauta recorrente a discussão sobre a organização e funcionamento da rede municipal de ensino, também do sistema das escolas de educação infantil.

Objetivo: Expansão e aperfeiçoamento das políticas.

A recomendação número 02 de 2022 traz as diretrizes gerais para a educação especial na perspectiva inclusiva, com abordagem específica para rede municipal de ensino com quatro anexos:

- Referências legais e normativas que estão em vigor atualmente ao nível nacional e municipal;**
- Contextualização histórica do município. Nesta discussão traz informação de que hoje, a Vila Mariana é o local com o maior número de instituições voltadas para as pessoas com deficiência. Há vinte anos a Secretaria Municipal de Educação tem feito movimento de aperfeiçoar a política, lutando pela educação inclusiva, aprimorando no sentido de garantir o atendimento;**

- A recomendação identifica problemas e necessidade de melhorar a sua implementação. Para tal, é necessário o conhecimento da legislação e os conceitos, somados ao desenvolvimento de todos os profissionais envolvidos. A não compreensão do conceito que rege a política acarreta imposições erradas e encaminhamentos inadequados na escola. A rede de proteção social é fundamental para garantir a escolaridade, sem a rede de proteção social a escola não consegue, sozinha, garantir o trabalho que precisa ser realizado. Sobre participação refere-se à relação do desenvolvimento e da aprendizagem dos estudantes, sobre a gestão e sobre o financiamento. Sobre a implementação, o professor não pode ser o único responsável pela inclusão dos alunos, se não houver um movimento geral, não há transformação e uma implicação nas escolas. Sobre a rede de proteção, existem dois milhões e setecentas mil pessoas com algum tipo de deficiência. Na rede municipal de ensino existem 20 mil estudantes que estão matriculados com algum tipo de deficiência, desses 97 por cento estão inseridos numa classe comum, o que leva ao questionamento: Onde estão as outras pessoas e qual é o motivo delas não chegarem nas escolas?

- Rede de proteção com unidade de saúde, encaminhando essas crianças diretamente para a escola.

- Orientação dos familiares a respeito do impacto da educação no desenvolvimento das crianças.

- Muitas crianças ficam em tratamento sem encaminhamento para a rede de educação.
- Falta de informação para as famílias e responsáveis sobre os direitos e garantias.
- Necessidade de articulação do serviço no território para que haja implicação no atendimento do município.

Professora Marta Almeida Gil - Instituto Amankay Abordou duas perspectivas: a educação inclusiva e o educador inclusivo. Assinalou questões sobre o contexto da pandemia e as implicações sociais e educacionais.

- Educação Inclusiva: A inclusão é uma pauta que deve ser tratada por todos, porque pertence a todos e é para todos. Inclusão e Educação Inclusiva não são para pessoas com deficiência, são para todo mundo. A educação inclusiva tem aportes que vieram da educação especial, sendo essa uma modalidade transversal. Essas metodologias da educação especial concretizam o ensino, respeitando as características de cada aluno com uma metodologia, o Desenho Universal da aprendizagem que é potente.

- Educador Inclusivo: Potencializa e valoriza a diversidade, com a crença de que não há dois alunos iguais, fazendo o inventário do sim, ele vê o potencial e os recursos e investe neste potencial, acreditando que o aprendizado é múltiplo e todos vão aprender juntos, enxergando para além do estereótipo: “Ele vê o aluno, ele não vê a cadeira de rodas”. Esse educador tem a consciência de que precisa se reinventar

frequentemente, trabalhando em rede, porque sabe que a educação não é construída somente dentro dos muros da escola, ela implica todos os recursos da comunidade. Esse educador entende a educação como um direito e que para garantir esse direito, é necessário estudar, este é um campo de conhecimento que está crescendo, com uma visão sistêmica da educação em contato com outras áreas. “Não é o aluno com deficiência que vai aprender, todos eles vão, aprendizagem é disruptiva, transformadora e acontece dentro de nós”.

O Instituto Amankay desenvolveu um guia gratuito para o educador inclusivo.

Debate com o Público:

Pergunta de Cristina Vasto Madureira, mãe de criança autista em idade escolar. Pontua a falta de apoio encontrado nas escolas da região, desde a tentativa de matrícula, até na inserção desse aluno com os conteúdos, incluindo a dificuldade de inserção na sala de AEE, ainda que a sua busca tenha ocorrido diante das indicações de que a Vila Mariana oferecesse esse serviço.

Os pontos principais trazidos são que nem todas as escolas da região possuem salas de AEE, mesmo que essa informação estivesse no site da prefeitura da Vila Mariana. As escolas que não possuem salas de AEE, oferecem no contra turno o atendimento através das entidades parceiras.

Porém, há incompatibilidade de horário com as necessidades dos alunos, visto que a maioria das escolas que ofertavam salas de recursos eram de

horário integral, com a grade curricular diluído no período, sendo que há a necessidade dos alunos de frequentar terapias semanais necessárias para o seu desenvolvimento ocasionando a perda do conteúdo escolar. Cristina disse acreditar muito no aprendizado, mas que há uma dificuldade muito grande enfrentada pelos responsáveis e pelos alunos na tentativa de inclusão dentro das escolas, que ultrapassa a teoria e é percebida na prática. Sem a orientação e capacitação os conteúdos das salas comuns não são pensados para incluir os alunos com autismo nas atividades, fazendo com que esse aluno se acostume a não prestar atenção no que está sendo desenvolvido, porque o conteúdo não é feito para ele também. “Em determinado momento, a professora vai pegar aquele material que ela preparou para aquele aluno, sentar ao lado dele e tentar explicar para ele”. Ela disse ainda, “Eu não acredito que isso seja inclusão, porque inclusão é ele prestar atenção no que a professora está falando, ela apresentar materiais de diversas formas de ensino até ele e as outras crianças entenderem, não é esperar um momento específico da aula”.

Ainda assim, como uma professora, entende que pensar nos conteúdos diariamente é um desafio para o professor que lida com salas cheias, por isso é importante a presença do profissional das salas de recursos no colégio, para que essa construção seja sistêmica e abranja as reais necessidades do aluno, as singularidades percebidas pela convivência. Cristina disse que

conseguiu encontrar uma escola que entendesse as necessidades de seu filho, mas se deparou com uma realidade de lotação, diante da falta de escolas nesse modelo, fazendo com que essa se sobrecarregasse no atendimento dos alunos que precisam de uma escola meio período, com sala de recursos e professor especializado.

A não inclusão das crianças nos conteúdos com atividades pensadas para elas, faz com que fiquem alheias ao conteúdo sendo às vezes até retiradas da sala, porque acabam atrapalhando.

- “Por que não, a sala de recursos” “Por que o estado e o município não são obrigados a colocar uma sala de AEE na escola”.

Cristina diz que há dificuldades para conseguir o AT (acompanhante terapêutico) na sala de aula mesmo com o pedido médico e dos professores, sendo necessário para garantir esse apoio realizar pedidos junto a defensoria, o que causa um desgaste, impedindo que muitas famílias em vulnerabilidade que consigam acesso a apoios que vão de encontro às necessidades das crianças. Por que não obrigar essa família que já conseguiu esse laudo, não ser obrigada a mover uma ação na defensoria ou no juizado comum? Essas crianças não estão chegando na sala de recursos simplesmente porque a sala de recursos não está na escola delas.

Maria Inês Vieira – Derdic

Informa que as suas pontuações serão no sentido de representante da Derdic e de uma comunidade surda, pensado que se o objetivo é inclusão, é

necessário somar forças e atuar conjuntamente para garantir estas pautas. Sua fala vai ao encontro do rompimento da crença de que os surdos são contra a inclusão, trazendo que ao se pensar em uma pessoa com surdez profunda devemos compreender que essa pessoa possui também uma deficiência linguística.

Aponta que, erroneamente, a sociedade pensa que o surdo é contra a inclusão, sendo isso uma inverdade, os surdos não são contra a inclusão, tanto educacional quanto social, mas possuem especificidades quanto a questão lingüística que devem ser consideradas ao se pensar nas formas de ocorrerem a inclusão na educação. Visto que muitas pessoas surdas nascem em famílias ouvintes, portanto, desde o início de suas vidas estão à margem da língua usada pela comunidade, a língua oral.

Indica que para adquirir a língua (libras) é preciso estar em contato com outras pessoas que fazem o uso e que a responsabilidade desse aprendizado não deve ser centrada apenas no professor, diante das demandas que estes já possuem, como, por exemplo, um grande número de alunos. Apontando que esse diálogo quando ocorre com o aluno surdo muitas vezes se encerra na conversa ou em uma orientação ainda que haja um interlocutor presente.

-“Eles precisam ter a língua de sinais para poder ser bem incluídos”.

Não sendo o suficiente uma hora por semana de acesso a alguém que fala libras e que isso não implica em não haver inclusão, mas que de fato

essa tentativa de inclusão represente a inclusão do aluno surdo na sala, com conteúdo, com aprendizado e com os colegas.

- “É difícil para o surdo estar em uma escola de ouvintes sem acesso ao que o professor está falando. Para ele aprender a segunda língua que é a escrita precisa ser por intermédio da primeira”.

Ana Maria Rosalini – Instituto Padre Chico para Cegos

Relata a vivência na recepção e acolhimento de crianças cegas oriundas de escolas públicas municipais. Os alunos chegam sem qualquer experiência ou processo de alfabetização em braile. Utilizam caderno com linhas e lápis para escrever. Fazem bolinhas e pauzinhos. Passam por rigorosa avaliação pedagógica e psicológica e são encaminhados para o processo de alfabetização em braile. Quando passam a identificar as letras desenvolvem rapidamente a leitura e a escrita.

OUTRAS PESSOAS, REPRESENTANTES DE ENTIDADES, FIZERAM QUESTIONAMENTOS: ESCOLA HELEN KELER, AMIGOS PRA VALER, APABB

SEGUNDO PAINEL:

ROTAS ACESSÍVEIS: João Carlos Silva, coordenador de Acessibilidade e Desenho Universal da Secretaria Municipal da Pessoa com

Deficiência assinala 7 Rotas Acessíveis para as Pessoas com Deficiência que estão planejadas:

- 1. ROTA REGIÃO BARRA FUNDA – Parque da Água Branca, Estação do Metrô, MEMORIAL América Latina**
- 2. ROTA METRÔ LINHA AZUL – Desde a Estação Paraíso do Metrô, Centro Cultural São Paulo, segue pela Vergueiro e chega até a Estação Santa Cruz do Metrô.**
- 3. ROTA Marechal Deodoro/ LINHA VERMELHA Do Metrô**
- 4. ROTA Ipiranga – Parque da Independência / Museu do Ipiranga / Instituto PADRE CHICO**
- 5. ROTA CENTRO e Região da Sé**
- 6. ROTA Vila Clementino/ Vila Mariana**
- 7. Rota Joaquim Távora**

AS ROTAS ACESSÍVEIS foram incluídas no Plano de Metas. Outras Rotas serão construídas até 2024. META 41 / Compartilhada SMPED e S. Mobilidade e Trânsito.

CONTRIBUIÇÃO da SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: AQUI, o Fórum da Pessoa com Deficiência da Regional Vila Mariana é o PONTO de PARTIDA para uma Cidade Mais ACESSÍVEL

DESTAQUE: Inclusão das RUAS JOAQUIM TÁVORA E TIRSO MARTINS

Mudou o PEC/ Plano Emergencial de Calçadas, uma POLÍTICA Pública do Município, foi alterado mediante

MOBILIZAÇÃO das ENTIDADES de PCDs da VILA MARIANA: SINALIZAÇÃO VISUAL E TÁTIL de PISO na FAIXA LIVRE da CALÇADA. A REIVINDICAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DA VILA MARIANA MUDOU A POLÍTICA PÚBLICA do Município. Hoje, as execuções colocam sinalização visual e tátil no meio da faixa LIVRE.

Informação: TERMOPLAST é o Metil Meta Crilato. Testado e aprovado por entidades de PCDs visuais.

REDE DE MEMÓRIAS DA VILA MARIANA – PROJETO DE PESQUISA do Museu da Inclusão que Registra a HISTÓRIA da LUTA e a TRAJETÓRIA das Entidades de PCDs do território da Vila Mariana (3 distritos).

21 entidades listadas, 16 responderam ao questionário.

3- Relato/avaliação da oficina presencial do PDE de 6/8/22 (Durval).

Essa oficina era um dos eventos do processo participativo previsto para a revisão do Plano Diretor, de caráter territorial, ou seja, voltada para a região da Vila Mariana. Teve uma apresentação da Prefeitura, com vídeos institucionais e fizeram dinâmica para apresentar o diagnóstico do plano e capacitar o cidadão para opinar sobre o plano diretor. O Conselheiro Durval disse que o papel do CPM previsto no plano diretor é de protagonista, mas na prática isso não acontece. Informou que a oficina não trouxe novidade. A Conselheira Denise achou a oficina

mais didática e acessível na linguagem técnica. O Conselheiro Lucian achou didático na utilização da dinâmica mas o diagnóstico da Prefeitura foi muito ruim, fez constatações sem qualquer explicação, por exemplo, há déficit habitacional, mas não prevê nada, ou não foi apresentado sobre mobilidade. Também informou que na oficina não foi feita relação entre o diagnóstico e a revisão do plano diretor, ou seja, não explicou à população que ela vai opinar sobre a revisão do plano diretor. Os Conselheiros Durval e Lucian reforçaram que faltou a territorialização, não foi falado do plano regional, que era o objeto da oficina. A munícipe Simone Boacnin achou que não houve conclusão e reflexão sobre as propostas. O chefe de gabinete da Subprefeitura, Magal Guerra, disse que vai apresentar relatório para Luis Felipe para que a Subprefeitura possa seguir as propostas, dentro da limitação das funções da Subprefeitura.

4- Balanço do mandato (Durval).

Conselheiro Durval manifestou como foi difícil obter respostas e desenvolver projetos como Conselho, ante a falta de estrutura, interlocução e conexão com a Prefeitura. A Conselheira Carmen concordou com a insatisfação do Conselheiro Durval e ressaltou o esforço que essa gestão do CPMVM fez, tendo sido responsável pela regularização da eleição do CPMU, inclusive elegendo um representante pela primeira vez. Também se esforçou em promover e divulgar a atuação do CPMVM, criando redes sociais e organizando a documentação. Além disso, oficiou os órgãos públicos e secretarias municipais em vários assuntos relevantes, fiscalizando, cobrando e

propondo soluções, como por exemplo em relação à pandemia de Covid-19. Aproveitou para agradecer a todos os Conselheiros pela participação, pelas trocas e aprendizados, desejou boa sorte a todos no próximo mandato e se dispôs a ajudar sempre que possível. Agradeceu, também, a sempre cordial interlocução com toda a equipe da Subprefeitura da Vila Mariana.

5- Alteração de rotas e ampliação de voos em Congonhas com vista a sua concessão (Durval).

Conselheiro Durval esclareceu que o processo de expansão das rotas e ampliação de voos se deve à privatização do aeroporto de Congonhas. A munícipe Simone, como representante da Associação Viva Moema, informou que a sociedade civil não estava sendo ouvida, tentou por vários meios, por audiência pública, reuniões e ofícios, comunicar a opinião dos moradores da Vila Mariana e os problemas dessa expansão, mas não houve interesse do poder público em ouvir, o que motivou a proposição de ação popular contra o aumento de rotas e voos.

6- Disputa judicial sobre o terreno do Círculo Militar (Denise).

A Conselheira Denise informou que a TV Cultura pediu entrevista sobre a decisão judicial de devolução do Círculo Militar para a Prefeitura. Denise questionou o retorno do imóvel à Prefeitura, que poderia precarizar o local. A Conselheira Carmen ponderou que a decisão judicial se embasou no fato de que o imóvel é público e foi ocupado por anos, sem o pagamento dos tributos devidos e sem o cumprimento das condições em contraposição aos

tributos, sendo que o uso do Clube é privado. Ou seja, uso de recurso público em benefício privado de algumas pessoas, sem qualquer justificativa de interesse público. Assim, todos os Conselheiros manifestaram seu apoio à decisão judicial e acordaram no envio de ofício à Prefeitura informando que é imperativo que a Prefeitura busque o ressarcimento desses tributos ou o imóvel em correspondência.

7- Pedido da Unifesp de alargamento da calçada e criação de jardins verdes na rua Botucatu, nos moldes do projeto piloto do CADES na rua Uvaías (Lucian).

O Conselheiro Lucian informou que a Unifesp encaminhou o Ofício 61-2022 para a Subprefeitura pedindo alargamento da calçada, vagas verdes, jardim de chuva, na Rua Botucatu entre Borges Lagoa e Pedro Toledo, cujo recebimento foi confirmado pela Assessora de Comunicação, Bruna. Subprefeito Luis Felipe falou que pode conversar com a CET para a aprovação e autorização do alargamento, bem como pedir para a SMSUB (Secretaria Municipal da Subprefeituras) incluir na PEC das calçadas.

- Devolutivas.

A Conselheira Carmen pediu que constasse em ata que os ofícios encaminhados para a SME (SEI 6059.2022/0003902-1) foram recebidos e encaminhados para os setores responsáveis pela Vila Mariana. Contudo, os responsáveis não compareceram nem entraram em contato com o Conselho Participativo Municipal. Além

disso, não foi recebida resposta das demandas apresentadas à CET.

Quanto à SMADS (SEI 6059.2022/0003878-5), a Superintendente Egle compareceu à presente reunião. A Conselheira Carmen questionou quais seriam os serviços alocados para a Vila Mariana. A Conselheira Carolina Borges e a munícipe Simone Boacnin questionaram a ausência de relatórios do CTA (Centro Temporário de Acolhimento), fundamentais para a devida fiscalização dos serviços contratados pela Prefeitura. Além disso, ambas relataram que visitaram e acompanharam trabalho da assistência social em rua, relatando situações insalubres e inapropriadas de higiene, habitação e alimentação. A própria Câmara Municipal de São Paulo tem uma Comissão que constatou a mesma situação precária. Em resposta, primeiramente, a Supervisora Egle disse que os Conselheiros deviam se informar sobre os serviços da Supervisão de Assistência Social (SUAS), o que seria sua obrigação e papel, pois o trabalho dos Conselheiros na Prefeitura não era voluntário. Houve uma manifestação geral, de todos os Conselheiros, quanto essa fala da Supervisora. A Conselheira Carmen esclareceu que o cargo de Conselheiro Participativo Municipal é sim voluntário, não é remunerado e não é funcionário da Prefeitura. Diante disso, a sra. Egle se desculpou pela fala equivocada. Novamente questionada, informou que os serviços na SUAS não são regionalizados, ou seja, não existe, atualmente, uma unidade que cuida dos serviços sociais para a região da Vila Mariana. Ela completou que só existe um CTA na Vila Mariana, atualmente com 120 vagas para passar a noite e 50 vagas fixas rotativas; e 1 consultório de

rua dividido com o Jabaquara. Não tem serviço que acolhe famílias (SAS). Questionada sobre famílias e gestantes em situação de rua informou que atualmente o Amparo Maternal dispõe de 50 vagas (47 ocupadas) e só atende mulher gestante e com bebê de até 6 meses, não aceitando os demais filhos ou companheiro. Também informou que é um hospital regionalizado, ou seja, não é específico da Vila Mariana. A sra. Egle disse que enviou pedido de instalação de Centro POP (CREAS - atende especificamente a população em situação de rua) para que possa gerir a instalação de um equipamento público para a região. A munícipe Marcela Munhoz contou que pediu ajuda à SMADS para desenvolver projeto de educação e trabalho com pessoas em situação de rua. Obteve apoio da Unifesp e passou a desenvolver o trabalho artístico de mosaico. Conselheiro Lucian propôs interlocução entre as Secretarias para elucidar as políticas públicas, como, por exemplo, políticas habitacionais. Pediu encaminhamento para a sra. Egle para que o Conselho possa auxiliar na proposição como a solicitação do Centro POP. A sra. Egle sugeriu, como encaminhamento, uma apresentação dos serviços complementares para a Vila Mariana, o que foi prontamente aceito por todos os Conselheiros. Ela ficou de enviar as datas para a reunião em que apresentaria, inclusive, o pedido que consta no plano decenal, de previsão de Centro POP, Núcleo de Serviço, Núcleo de Crianças e Adolescentes (CCA - 14 a 16 anos), CAE, Núcleo de Idosos (3), CDI.

- Informes.

A Conselheira Carolina Borges informou que, junto com a munícipe Cristina Vasto, fez pedido de instalação de GT Educação Inclusiva no CRECE (Conselho de Representantes de Conselhos de Escola) e que o pedido foi negado.

O Subprefeito Luis Felipe repassou informe do Assessor do Vereador Aurelio Nomura sobre audiência pública, no dia 16/08/2022, às 10h, na Câmara sobre a construção de Viadutos da Sena Madureira.

Fala de Munícipe

A munícipe Cristina Vasto falou sobre as dificuldades das escolas públicas na inclusão das crianças com deficiência. Solicitou pedido de informações sobre recursos e unidades adequadas para as crianças com deficiência na Vila Mariana, sendo que foi aprovado por todos os Conselheiros presentes o envio de ofício à Secretaria Municipal de Educação.

Encerrada a pauta, sem pedidos de palavra, a reunião foi finalizada pela Coordenadora.